

# O discurso “clerical” e a religiosidade popular: curas, “bruxarias” e “feiticeiras” nas representações do semanário católico “Cruzeiro” em caxias-ma, Brasil, nas décadas de 30 e 40

Mirian Ribeiro Reis<sup>1</sup>

## *RESUMO*

Nesse artigo, analisa-se as representações das práticas e crenças de origem africanas construídas pelos discursos proferidos através do jornal católico *Cruzeiro* na cidade de Caxias no estado do Maranhão, no Brasil, no período compreendido entre as décadas de 30 e 40 do século XX. Na configuração da análise, buscou-se identificar, como os redatores do referido jornal aborda, se posiciona e conceitua este tipo específico de religiosidade ou práticas religiosas.

Partiu-se da hipótese, de que o jornal *Cruzeiro* enquanto veículo de informação de grande aceitação local, principalmente entre os setores médios da sociedade caxiense, contribuiu de forma incisiva para a desqualificação desse tipo específico de manifestação de religiosidade e prática religiosa e os sujeitos que as realizavam na cidade, nas primeiras décadas do século passado. Com relação a este aspecto, buscou-se perceber os termos e a linguagem utilizada por esses redatores para caracterização dessas práticas e como esses discursos, apesar de ser de cunho religioso, não se privaram de lançar mão de um conjunto de saberes/poderes laicos, para a sua desqualificação e na medida do possível, até que ponto eles foram eficazes para eliminação desses ritos.

**Palavras-chave:** religiosidade africana, representações, periódico.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista- UNESP.  
E-mail: mirian.reis@hotmail.com

## The “clerical” discourse and popular religiosity: cures, “witchcraft” and “sorcery” in the representations of the catholic weekly newspaper “Cruzeiro” in caxias-ma, brazil, in the 30s and 40s

### ABSTRACT

In this article, we analyze the representations of african practices and beliefs constructed by the discourses given through the Catholic newspaper *Cruzeiro* in the city of Caxias in the state of Maranhão, Brazil, in the period between the 1930s and 1940s. In the configuration of the analysis, we sought to identify how the writers of this newspaper approach, position and conceptualize this specific type of religiosity or religious practices.

It was hypothesized that the newspaper *Cruzeiro* as an information vehicle of great local acceptance, especially among the middle sectors of Caxiense society, contributed in an incisive way to the disqualification of this specific type of manifestation of religiosity and religious practice and the subjects who performed them in the city in the first decades of the last century. In relation to this aspect, we sought to understand the terms and language used by these writers to characterize these practices and how these discourses, despite being religious in nature, did not deprive themselves of using a set of secular knowledge/powers, for their disqualification and as far as possible, to what extent they were effective for the elimination of these rites.

**Keywords:** African religiosity, representations, periodical.

### 1. O “Arcaico” e o Moderno: O reverso do espelho.

Ao analisar-se os artigos do jornal *Cruzeiro*, no período que compreende as décadas de 30 e 40 do século passado, percebeu-se que dentre os variados assuntos abordados de uma ótica que pode-se chamar de cristã- católica, porque toma como embasamento os elementos do cristianismo e a doutrina da Igreja Católica, um tema se faz corrente: a preocupação constante com que os articulistas do citado periódico consideram como sendo *práticas de feitiçarias* e que no contexto da época significava dizer práticas, geralmente de caráter terapêutico, com um conteúdo mágico-religioso e com clara referência africano. Realizada por indivíduos que geralmente desempenhavam funções médicas e religiosas, esses atores e práticas figuraria nas páginas do jornal *Cruzeiro* através de uma visão bastante depreciativa, revelando assim, as tensões e conflitos que permeavam o cenário citadino caxiense na primeira metade do século passado.

Ressalta-se, que a intolerância para com as práticas religiosas de referencial africano não se restringia ao interior do estado do Maranhão, mas dominava as preocupações da elite brasileira no final do século XIX e início do século XX, preocupações estas em grande parte expostas nas obras do proeminente médico Nina Rodrigues. Segundo Jacqueline Hermann

Desde o início do século, o estudo e o papel da influência do elemento africano na cultura brasileira tem sido alvo de elaborações variadas e significativas para o desenvolvimento das ciências sociais em geral, e para o estudo das religiões populares em particular. Os trabalhos de Nina Rodrigues [...] não só confirmaram as teses evolucionistas (características segundo as leituras européias, das religiões menos desenvolvidas) como terminaram por fundar uma verdadeira escola [...] atento a ilusão da catequese, Nina Rodrigues preocupava-se com o que considerava a reinterpretação das crenças católicas e a ocultação de seus deuses atrás das imagens de santos católicos. Um de seus discípulos mais conhecidos seria Artur Ramos, que também produziu trabalhos sobre os cultos afro-brasileiros mantendo o enfoque negativo da importância e das persistências da cultura africana no Brasil. (1997: 348).

Diante disso, se as religiões africanas no Brasil, conseguiram sobreviver e se desenvolver, reelaborando-se e interpenetrando-se à religião oficial (Bastide, 1960) não conseguiram de todo escaparem da ação repressora da Igreja e do Estado. Segundo Souza<sup>2</sup> para esta elite, “o sincretismo religioso era uma das faces do inferno. Crenças africanas e indígenas viam-se constantemente demonizadas pelo saber erudito, incapaz de dar conta da feição cada vez mais multifacetada da religiosidade colonial”.

Faz-se importante observar, que são esses autores como Nina Rodrigues, Artur Ramos e outros que no início do século XX darão a sustentação teórica para os estudos da religiosidade no Brasil, principalmente aquelas de traços africanos. Esses negros pobres e escravizados, eram vistos como seres naturalmente inferiores, portanto não é de se estranhar que as manifestações culturais e religiosas de herança negra, sejam vistas como não condizentes com estatuto de país moderno e civilizado que naquele momento se pensara para o Brasil. O curioso, é notar que na interiorana Caxias, as elites locais, religiosas e leigas recorriam também a esses argumentos quando abordava a questão das manifestações de religiosidade popular de caráter africano. Encontra-se isso na fala do cronista

---

2 Souza, Laura de Mello. O Diabo e terra de santa Cruz: feitiçaria e religiosidade no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 149..

As práticas fetichistas persistem entre nós e ainda por muito tempo desafiarão a mais decidida contraposição da sociedade organizada. É que ellas encontram clima propicio na ignorância do povo e enérgico estimulante na nossa formação histórica e social.

Foi, effectivamente, o africano transportado para o Brasil como escravo, o portador da maior parte dos cultos fetichistas, tão diffundidos em quasi todas as regiões do paiz, mormente na Bahia e no Maranhão.<sup>3 4</sup>

O discurso acima, vincula as práticas religiosas e curativas a uma herança de negros e índios, e as coloca como exclusividade de *raças* tradicionalmente consideradas inferiores, tanto pelo pensamento eclesiástico da época, como para literatura produzida sobre o negro e suas manifestações culturais. Segundo Koguruma para as elites brasileiras.

A questão principal era preocupante presença dos ex- escravos e seus descendentes no país e o destino de uma civilização a ser identificada com valores e padrões existentes nas sociedades da Europa ou dos Estados Unidos [...] a numerosa presença das populações negras no Brasil, de homens e mulheres de raças consideradas “inferior” pelos padrões científicos da época, portadora de crenças e práticas culturais e bárbara além de ameaçar a “direção suprema da raça branca”, desqualificava e comprometia, nas visões das elites dominantes brasileiras, a posição da nação frente aos países da moderna civilização ocidental (2001: 89).

Nota-se que, essa ideia de incompatibilidade entre manifestações culturais e religiosas de herança africana e estatuto de sociedade moderna e civilizada não se restringe as preocupações das elites nacionais, mas também povoe o imaginário da pequena elite caxiense, ávida por uma projeção de Caxias junto ao progresso e civilização oriundos da Europa. Cardoso argutamente percebe isto quando afirma que: “nesse início de prática religiosa em Caxias, os terreiros eram poucos, contava-se segundo o depoimento oral, três ou quatro locais destinados a tais práticas e provavelmente até os anos quarenta essas manifestações religiosas eram tidas como primitivas” (1992: 8).

Nos artigos do periódico caxiense *Cruzeiro*, vê-se claramente a utilização desses argumentos, veiculados através de artigos diários de autoria de párocos e leigos. Sobre a questão, os redatores do jornal se exprimem da seguinte maneira

---

3 Jornal *Cruzeiro*. Caxias-MA, 03 fev. 1934, p.4.

4 Optou-se por manter a grafia original da fonte documental.

Não se pode admitir que num paiz onde os governos bem intencionados procuram instruir o povo e organizar núcleos de população, incentivando a lavoura e os meios mais convenientes para melhorar as condições da vida sertaneja, se dê ampla liberdade à feitiçaria retrograda que influenciando no animo das populações ignorantes, os arraste a cometer desatinos e loucuras, dominando-os pelas práticas mais sórdidas do alcoolismo [...] <sup>5</sup>.

Na passagem acima, o cronista se ressentia da ineficácia dos programas de melhoria da qualidade de vida implantados pelos governos, haja vista que, apesar disso, a população campestre continuava a recorrer a práticas retrógradas, supersticiosas e primitivas na busca de solução dos seus problemas concretos. Segundo Hermann “coube as práticas culturais consideradas populares, percebidas como fruto nefasto de uma miscigenação perigosa e cientificamente considerável, o papel verdadeiramente deletério no esforço de construção de uma sociedade moderna” (*Op. cit.*: 34).

Diante dessa perspectiva, na cidade de Caxias, tudo que pertencesse às manifestações culturais das classes populares era visto como algo extremamente negativo pelo pensamento elitista da equipe que compunham o corpo editorial do periódico, principalmente essas manifestações caracterizavam-se pela produção de um conhecimento tipicamente vivenciado e longe dos padrões “racionalistas” da ciência e da religião. Assim, as práticas de rezar, mandar benzer e utilizar-se de remédios caseiros apesar de ser uma constante no cotidiano da população, como atesta José Antunes

Minha avó tinha uma saúde de ferro, ou pelo menos que parecia ter [...] na época que ela adoeceu com o panarício foi por demais triste [...] para nós era desesperador vê-la naquele estado e o que podia se fazer, faziam-se. Todos os tipos de remédios caseiros, tudo o que nos ensinaram e recomendaram, não faltando a fé das abnegadas comadres rezadeiras com suas benzeduras miraculosas. (2001: s/n).

Diante de um universo cultural e religioso multifacetado, as elites locais através dos discursos proferidos no jornal *Cruzeiro* começam a forjar mecanismos de desqualificação desses agentes e práticas. De acordo com esta visão, a recorrência constante da população caxiense a esses saberes populares e “supersticiosos”, funcionavam como um atestado de atraso e não condizia com a posição que Caxias ocupava no cenário maranhense, a de Princesa do Sertão e berço de uma intelectualidade, como Gonçalves Dias e Eugênio Barros.

5 Jornal *Cruzeiro*. Caxias-MA, 03 fev. 1934, p.4.

Nesse contexto, um argumento comumente utilizado pelas elites letradas, foi a recorrência constante a um imaginário coletivo onde Caxias aparece atrelada a uma tradição intelectual de alto nível que não obstante, se obscurecia por essa proliferação de práticas típicas de povos iletrados e subdesenvolvido. Para Monsenhor Arias Cruz, assíduo colaborador do *Cruzeiro* era inadmissível que em uma terra rica, de tantos loiros, que lhes valeram a inteligência de tantos filhos (Cruzeiro, 1948, p.2) subsistisse práticas e crenças arcaicas e incivilizadas, herança de uma raça e cultura inferior. O historiador Eric Hobsbawm na obra “A invenção da tradição” declara que: “*as tradições inventadas*, caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial” (1997: 10).

Assim, um mecanismo forjado para desqualificação dessas práticas, foi a elaboração de um discurso veiculado através do periódico *Cruzeiro* que as colocavam como sinônimo de ignorância, analfabetismo e atraso, um obstáculo ao programa de modernização da cidade, programa esse, que se espelhava nos modelos europeus de civilidade e para as concepções da elite caxiense, só poderia ser concretizado a partir da eliminação do que era considerado inferior. Destacava-se neste rol, a música e os jogos de raízes negras, o samba e a religiosidade de fortes traços africanos. Segundo Schwarz

Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estágios sucessivos [...] esses estágios, eram entendidos como únicos e obrigatórios já que toda a humanidade deveria passar por eles [...].(1993: 58).

No Brasil, contudo, a adoção desses modelos sempre fora problemática, haja vista que a composição racial da população se apresentava como obstáculo a superação do atraso, termo corrente na literatura da época. Nessa perspectiva, uma sociedade miscigenada, onde as manifestações culturais eram fortemente marcadas por elementos da cultura negra, representava um sério problema ao projeto civilizador elaborado pelas elites, que visava a superação do atraso e a imposição de modelos civilizatórios importados em território nacional.

É nesta perspectiva, que se pode compreender os discursos dos articulistas do *Cruzeiro*. No momento em que, se pensava uma Caxias moderna<sup>6</sup> e civilizada

---

6 De acordo com Le Goff (1996, p. 170) “O estudo do parto antigo/moderno, pressupõe a análise de um momento histórico que segrega a idéia de “modernidade” e ao mesmo tempo,

eram intoleráveis a existência de práticas consideradas naturalmente inferiores. É nesse sentido que concorre a argumentação do cronista.

Obrigados pela imposição dos senhores, os negros adoptaram um catholicismo de apparencia sob o qual, intactas e vivas, sempre predominaram as velhas crendices da África distante e escrava. Dahi se originou o mais flagrante syncretismo religioso que dia a dia se agravou dado às contingências favoraveis a sua propagação encontrada no “habitat” brasileiro. E á proporção que se processa no paiz a fusão das raças, estas formas bárbaras de religião oriunda da África, transformam-se, obtém novas características, guardando, porém, inalienáveis, os fundamentos das crendices negras<sup>7</sup>.

É interessante perceber, a argumentação a que recorre o cronista para condenação dessas religiões, aqui denominadas de bárbaras. A imposição forçada do catholicismo pela officialidade da Igreja, a resistência dos praticantes através do sincretismo, por fim, favorecimento do meio físico e dos caracteres biológicos para a perpetuação e “proliferação” desses ritos. Assim, se o argumento utilizado é religioso doutrinário por assentar na defesa da fé, o substrato é teórico e científico por privilegiar argumentos raciais muito em voga no início do século passado, para apontar as causas e persistência do problema. Segundo Schwarz

Modelo de sucesso na Europa de meados dos Oitocentos, as teorias raciais chegaram tardiamente ao Brasil, recebendo, no entanto, uma entusiasta acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos de ensino e pesquisa, que na época se constituíram enquanto centro de congregação da reduzida elite pensante nacional (*Op. cit.*: 14).

Na cidade de Caxias, não havia nesse momento nenhum centro avançado de pesquisas que pudesse agregar os grandes nomes da intelectualidade caxiense, entretanto a imprensa local, em especial a imprensa católica representada pelo periódico *Cruzeiro*, funcionou como local onde a elite pensante caxiense expôs sua visão de mundo e de acordo com esta traçou um amplo panorama da realidade social, análise esta que ressaltada as especificidades, inscreveram-se num movimento mais amplo de análise da sociedade brasileira.

É sintomático o fato que Monsenhor Arias Cruz, um dos articulistas mais incisivos na condenação dos ritos de herança africana em Caxias nas

---

a cria para denegrir, exaltar ou simplesmente distinguir uma “antiguidade”, pois que tanto se destaca uma modernidade para promove-la ou para vilipendia-la.

7 *Jornal Cruzeiro*. Caxias-MA, 09 out. 1937, p. 4.

décadas de 30 e 40, tenha sido um historiador renomado e membro do Instituto Histórico e Geográfico Maranhense. É nos seus artigos, que se encontra com mais ênfase os argumentos de civilização e progresso no combate as manifestações populares de religiosidade africana.

Imaginemos, o que até imaginado faz horror, como diria Vieira, imaginemos nossa Caxias rica de tantos loiros que lhe valeram a inteligência e cultura de tantos filhos, de que se orgulhece o Maranhão e a pátria, imaginemo-la transformada, amanhã, pelas vis façanhas que, nos anais brasileiros, vestem de crepe certa fase ominosa porque, em sua vida passaram Canudos, na Baía, e Joazeiro, no Ceará<sup>8</sup>.

No artigo citado, o renomado pároco caxiense deixa transparecer todo o seu temor do que na época as elites locais eclesiais e leigas, consideravam como sendo “focos de feitiçarias”, o que e que equivalia a dizer, locais nas zonas rurais ou urbanas, onde um significativo contingente de pessoas se reunia em torno de um líder religioso e de práticas e crenças comuns, geralmente de características mágico – religiosas, com claro referencial africano. No discurso acima, o citado clérigo, refere-se mais especificadamente a Nazaré do Bruno, povoado famoso localizado nos arredores de Caxias. O artigo destaca-se por nos dar a percepção de todo um imaginário que permeou as preocupações das elites brasileiras das primeiras décadas do período republicano e que a caxiense não estava de modo algum imunes.

O padre faz uma analogia em relação ao povoado de Canudos e Nazaré do Bruno. Como sabe-se, o movimento de Canudos foi um forte movimento de contestação social e se deu basicamente através de uma via religiosa e em torno da figura mística de Antonio Conselheiro. De acordo com Cava (1976), as acusações que pesavam sobre o Conselheiro como era então conhecido o líder do movimento se davam basicamente em duas vertentes. Por ir de encontro à ortodoxia da Igreja, através dos sermões que segundo fazia entre o populacho “ignorante” e por supostamente ameaçar o recente regime, incitando os fanáticos para derrubada da República e restauração da monarquia. Já para Maria Cristina Cortez Wissenbach

Direta ou indiretamente, Canudos marcou as preocupações que tomaram conta das cidades brasileiras diante do seu crescimento inusitado. Amplo e exaustivamente noticiado na imprensa urbana, revelando um esforço imenso da sociedade em digeri-lo [...] eram entre outros aspectos, a prova

---

8 Jornal Cruzeiro. Caxias-MA, 06 ago. 1948, p. 2.



mais cabal como as “epidemias místicas”, poderia se espalhar rapidamente e contagiar largas parcelas do povo “primitivo” e incauto”, segundo os termos usados por Nina Rodrigues. No entanto, sua lembrança não se limitou as discussões acadêmicas; a referência sub-reptícia à aldeia sagrada aparece também nas crônicas das revistas do Rio de Janeiro (1998: 96).

É perceptível, como na longínqua e interiorana Caxias, passados quase 50 anos ainda compunha o imaginário das elites, o *perigo* que Canudos representou aos poderes estabelecidos religioso e laicos. Contudo, sua lembrança constante, servia para desqualificar os *fanáticos religiosos* locais, afinal, as *epidemias místicas* grassavam também em terras caxienses. É com a lembrança desse episódio que os articulistas do *Cruzeiro* chamavam a atenção para o *perigo* religioso e político que representava Nazaré e “Zébruno”. Nesse imaginário, centenas de *fanáticos* reunidos em torno de um indivíduo com propensão a exploração da credulidade popular, representava não só uma ameaça a ortodoxia da Igreja, mais também uma ameaça política, àquela que era considerada a segunda cidade do Estado. Diante disso, a miséria, o analfabetismo e o fanatismo religioso, transformavam nas concepções das elites caxienses, esses segmentos nas chamadas classes perigosas, constituindo-se em foco de revolta em potencial.

Por outro lado, nada mais contrário ao projeto de modernidade que se pensava para Caxias, que a existência desses indivíduos *primitivos e incautos*, que através de práticas tidas como arcaicas e incivilizadas obstaculizava a projeção da imagem de Caxias, rumo ao progresso e civilização emanados do outro lado do Atlântico.

Assim, se o discurso do jornal *Cruzeiro* é um discurso religioso, não deixa de ser também um discurso ideológico, haja vista que, objetiva legitimar hierarquias sociais a partir de diferenças *naturais*. Para Foucault

Seria talvez preciso renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas[...] temos que admitir que pode produzir saber[...] que poder e saber estão diretamente implicados, que não há relação de poder sem a constituição correlata de campo de saber, nem saber que não constitua ao mesmo tempo relações de poder (1943: 1).

Nesta perspectiva, mesmo os redatores do *Cruzeiro* afirmando que objetivam apenas “a defesa dos [...] princípios ensinados pela Santa Igreja Catholica”<sup>9</sup> percebe-se que suas falas estão embasadas nos conhecimentos científicos em voga na época, até porque não se pode esquecer que quase a totalidade da equipe editorial do jornal era composta por párocos vindos da elite e leigos da mesma proveniência, como atesta Salazar

[...] pode se perceber que em Caxias e mais especificamente no CRUZEIRO, os seus articulistas exerciam os mais altos cargos no meio social, no qual levava em seus artigos a maneira de pensar a sociabilidade e as relações familiares, em que, os ajustamentos divulgados pela imprensa local, objetivam reafirmar os discursos dos poderes temporais e espirituais, combatendo práticas tidas como incivilizadas (2009:50).

Nesse sentido, os discursos vinculados pelo periódico longe de assentar-se apenas nos princípios teológicos e doutrinários, utilizavam-se de um corpus de saberes científicos no projeto desqualificador e reformador da religiosidade popular, mais especificamente de segmentos socialmente marginalizados como pobres e negros. O argumento da inferioridade da raça e suas implicações culturais e morais é o eixo norteador das discussões levantadas pelo periódico. Assim, nos artigos do *Cruzeiro* que traz como tema religiosidade popular de caráter africano, determinismo geográfico, determinismo biológico, racismo científico e conservadorismo religioso se imbricam, em uma complexa teia discursiva que nada mais é que um sistema de exclusão. Todavia, se a raça era utilizada como mecanismo, de desqualificação da religiosidade popular de caráter africano, os redatores do semanário *Cruzeiro* não se privaram de utilizar outros mecanismos para deslegitimá-las, perante sua comunidade leitora. Um desses mecanismos foi vinculá-las diretamente ao ócio a embriaguez e a degeneração moral da população local.

## **2. O ócio, a embriaguez e a degenerescência moral: as práticas “mágico”-religiosas e a inutilização para o trabalho**

Outro argumento que integra o projeto desqualificador dessa forma de religiosidade popular, empreendido pela Igreja Católica e as elites caxienses e sistematizados nos discursos do periódico *Cruzeiro*, foi a constante vinculação, dessas práticas a degradação moral da população local, mais especificamente das camadas populares. Em um artigo publicado no dia 28 de abril de 1937

9 Jornal *Cruzeiro*. Caxias-MA, 10 out. 1943, p.1.

um articulista do *Cruzeiro*, tece as seguintes considerações: “Como se vê, as “macumbas e catimbós” são costumes grosseiros e inconvenientes á formação moral do nosso povo, arrastando a toda sorte de fanatismo, incentivando-o em fim á prática do roubo e dos mais perversos crimes”<sup>10</sup>.

Assim, nas concepções elitistas dos redatores do *Cruzeiro*, a condenação a essas práticas religiosas, excediam os limites da fé e apresentava-se como uma questão de ordem pública. De acordo com esta visão, era a própria formação moral do indivíduo que estava em jogo ao aderirem a esses ritos. Segundo Margareth Rago “Desde o final do século XIX a preocupação com este esquadrinamento da população distingue ricos e pobres e focaliza neste a origem dos problemas físicos e morais” (1985:174). Para os setores conservadores da Igreja, bem como para elite local, a religiosidade popular principalmente aquelas que apresentam fortes traços africanos, representam uma fonte de degradação física e moral dos setores subalternos.

Desse modo, visando contribuir para a construção de um trabalhador laborioso, o discurso do jornal *Cruzeiro* condenava a prática desses ritos por considerar que: o grande consumo de álcool por parte dos praticantes dos ritos minaria as forças do trabalhador e este se tornaria ocioso, conseqüentemente a inutilização física e o desprezo pelo trabalho levariam a prática de roubos e os mais perversos crimes. Todos esses fatores facilitados por um conjunto genético favorável.

Nos discursos proferidos através do periódico *Cruzeiro*, existe uma estreita ligação entre os caracteres físicos de certos indivíduos e sua predisposição para a degradação moral. De acordo com Schwarcz (*Op. cit.*) é a partir do século XIX que se acentua as teorias raciais segundo qual, a uma estreita ligação entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais. No jornal *Cruzeiro* são comuns os discursos que colocam como exclusividade dos segmentos inferiorizados (negros, pobres e mestiços) essa predisposição biológica para o crime e ociosidade. Como percebe-se em um artigo de junho de 1947.

A falta de punição rigorosa dos crimes para a correção dos costumes, a taxa de brutalidade que mina na índole fatalista de nossa gente pobre, sem instrução e educação moral vivendo na mais desenvolva promiscuidade,

---

10 Jornal *Cruzeiro*. Caxias-MA, 03 fev. 1934, p. 4.

tem muito concorrido para que os mais horripilantes crimes se reproduzam a cada instante numa avalanche de corrupção na vida do nosso povo tanto na cidade como no campo<sup>11</sup>.

De acordo com esta visão, a ineficiência da lei na correção dos costumes, a falta de uma educação moral que no contexto da época significava dizer, cristã e católica, e profissional - o disciplinamento para o trabalho, a produção dos *corpos dóceis*, utilizando uma terminologia foucaultiana, bem como a tendência ao fatalismo, características próprias da nossa *composição racial*, (descendentes de negros e índios) era o agente facilitador dessas práticas criminosas. De acordo com Bretas

A preocupação das elites com as patologias sociais desenvolveu-se nas sociedades modernas, características do cientificismo do século XIX, e dirigiu sua atenção para o comportamento dos pobres livres. Aqueles pobres eram considerados como indisciplinados, preguiçosos, imorais e tinham de ser transformados a fim de colocar a nação no caminho do progresso (1991: 53).

Contudo, se já havia na população mestiça e pobre uma predisposição genética para esses desvios sociais, para o clericalismo caxiense, bem como para as elites locais, a prática dos ritos de origem africana favorecia ainda mais a degenerescência física e moral desses indivíduos, por incitar à promiscuidade: a dança, as aglomerações, a possessão pelos *maus espíritos*, a inutilização física e a não valorização do trabalho, questão cara a época. É a partir dessa representação da religiosidade popular que o cronista argumenta “Alentado pelo descaso da polícia continua a explorar a ignorância do povo a mais grosseira feitiçaria, inutilizando os braços sertanejos, pelos vícios do álcool e da mais crassa superstição”<sup>12</sup>.

De acordo com esta visão, é toda a sociedade caxiense que está a correr o risco de descer na *escala evolutiva*, rumo ao progresso e civilização bem como são os princípios morais e cristãos que se viam ameaçados por essas práticas perniciosas e ignorantes típicos de povos atrasados e não instruído. Ademais, como diz Rago

Pensando como um organismo vivo o corpo social, segundo esta construção imaginária deveria ser protegido, cuidado, assepiado, através de inúmeros métodos e mesmo cirurgias que extirpassem suas partes

---

11 Jornal Cruzeiro. Caxias-MA, 21 jun. 1947, p. 1.

12 Jornal Cruzeiro. Caxias-MA, 10 out. 1937, p.4.

doentias, seus cancos e tumores [...] A medicalização da sociedade implicaria a criação de condições ambientais que favorecessem a circulação de fluidos, a formação de personagens sadias e uma nação próspera e civilizada [...]. (*Op. cit.*: 157).

É nessa perspectiva patológica que os discursos dos representantes da Igreja e das elites caxienses classificam as práticas de herança africana em Caxias. Segundo um articulista:

A macumba a diamba e a tiquira são para a vida amargurada dos desamparados cablôcos de nossos sertões, verdadeiros narcóticos que lhe alimentam a fantasia, com promessas de futuras esperanças, com sonhos de melhores dias para suas desditas. E muitas vêses, para desafogo de suas máguas, procuram nas alegrias festivas das noites enluaradas, entorpecer no íntimo, os sofrimentos e desilusões que lhes pesam sobre a carcaça de bode espiatório de crimes da nação, sendo êles os menos culpados, pois, como trabalhadores rurais, não têm direito de cidadão brasileiros e são vitimas das maiores injustiças<sup>13</sup>.

De acordo com o articulista, a macumba, o termo pejorativo comumente utilizado na designação desses ritos, a droga e o álcool são os elementos que compõem o cotidiano da população pobre e camponesa causando um grande mal a sua saúde e a ordem moral. Sendo necessária uma campanha “anti-feitiçaria”, como já havia encabeçada pelas elites, uma campanha anti-álcool, anti-sífilis e anti-drogas<sup>14</sup>.

Todavia, se é considerando como uma patologia social que os discursos dos articulistas do periódico *Cruzeiro* abordam a questão das práticas religiosas de referencial africano, são as causas socioeconômicas, os fatores comumente elencados na explicação elaborada pelas elites caxienses para a persistência do problema. É nesse sentido, que um articulista se exprime: “A macumba como arte diabólica de feitiçaria e um grosseiro fetichismo originário da África que de longa data, vem atuando na índole supersticiosa do nosso povo sertanejo dominado pelo desânimo do seu triste estado de analfabetismo e desamparo da assistência dos poderes públicos”<sup>15</sup>.

13 *Jornal Cruzeiro*. Caxias-MA, 21 jun. 1947, p. 1.

14 De acordo com Artur Cesar Isaia (2008, p. 21) para os cientistas sociais do início do século XX, as práticas religiosas das “camadas populares” eram vistas como algo extremamente contagioso, capaz de inutilizar grandes continentes humanos para o trabalho. Precisando, portanto, ser reprimidas pelas autoridades e erradicada por meio de intensas campanhas de saúde pública.

15 *Jornal Cruzeiro*. Caxias-MA, 21 jun. 1947, p. 1

Na visão do cronista, é o estado de analfabetismo e desamparo dos poderes públicos, que concorre para que as camadas populares recorram a essas práticas aqui vista como diabólicas e primitivas. Nesse contexto, superstição, fatalismo, miséria e ignorância participam do mesmo conjunto simbólico, que tem como pano de fundo as práticas de religiosidade popular de claro referencial africano. Ademais como nos diz Rago “O Pobre é o outro da burguesia: ele simboliza tudo o que ela rejeita em seu universo. É feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de superstições” (*Op. cit.*: 190). Percebe-se que em Caxias, os setores dominantes constroem essa mesma representação do pobre, e sobre o argumento da defesa da melhoria de sua qualidade de vida, negativiza seu universo religioso e cultural perante a comunidade leitora caxiense.

Assim, para Igreja Católica e para as elites locais, na Caxias das décadas de 30 e 40, não só uma campanha de saúde pública era necessária, mas também uma campanha educacional, que eliminasse os caracteres de ignorância e superstição a qual as populações pobres estavam submetidas. Conforme Dantas (1988: 173) para as elites intelectuais do início do século passado “O exato conhecimento do nosso “substrato emocional” era o primeiro passo para o encaminhamento do progresso e através, da educação seria possível penetrar na massa e dissolver o grude, desentranhar a força da participação superando assim, o primitivismo”.

É partindo dessa visão, que o discurso do periódico católico chama a atenção dos poderes públicos para as condições de vida das camadas populares. Em um artigo de 1949, o cronista argumenta: “Em geral, a culpa dessa imbecilidade provem do analfabetismo reinante dentro das populações rurais, abandonadas a toda sorte de misérias, porque o governo do paiz nunca lhes deu assistência social nem instrução e, muito menos educação profissional”<sup>16</sup>.

Assim, é sob o argumento da necessidade de atenção dos poderes públicos para as camadas pobres, que o discurso dos articulistas do *Cruzeiro*, bem como das elites locais constroem uma representação bastante negativizada da religiosidade popular de referencial africano. Nessa construção, degradação moral, enfraquecimento físico e miséria, participam do mesmo conjunto

---

16 Jornal *Cruzeiro*. Caxias-MA, 22 mar. 1949, p. 3.

simbólico e que tem nas páginas do periódico *Cruzeiro* sua materialização discursiva. De acordo com Foucault (*Op. cit.*: 11), “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas e os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.

Ao pensar-se como representantes das elites locais, os articulistas do *Cruzeiro*, viam-se como aqueles responsáveis na elaboração de padrões de condutas morais e religiosas, a serem seguidos pelo resto do corpo social. A construção assenta-se em uma mentalidade elitista e conservadora das classes dominantes locais, seja ela eclesiástica ou leiga. Para Margareth Rago “A ascensão da burguesia e a imposição de sua hegemonia supõe a instituição de um novo imaginário social, de novas formas de percepção cultural e uma nova sensibilidade [...]” (*Op. cit.*. 169).

Na cidade de Caxias, foi a pequena elite intelectual, religiosa e financeira concentrada em torno do periódico *Cruzeiro*, a responsável pela construção de um imaginário social em que as manifestações culturais e religiosas das camadas subalternas foram vistas como um perigo a ordem social e moral, uma afronta à civilização.

Nessa ótica, uma estratégia comumente utilizada por esses indivíduos no processo claro de desqualificação dessas práticas, foi a sua constante vinculação, a degenerescência moral e material da sociedade local. Processo esse em que o estado de miséria das camadas populares foi comumente utilizado como justificativa para a implantação de um projeto totalitário de eliminação de toda e qualquer manifestação que partisse de vivência mais específica das camadas populares, entre estas, as manifestações religiosas e culturais ocupavam um lugar de destaque, principalmente se ela se revestia de características africanas.

Portanto, observa-se que, ao considerar essas práticas heterodoxas aos olhos da Igreja e criminosas aos olhos das autoridades municipais, os articulistas do *Cruzeiro* de certa forma “isentam” esses indivíduos de maiores responsabilidades, pois é a sua condição de pobre e ignorante que o levam a esses erros, um personagem apresentado nos discursos analisados no periódico não tem essa espécie de “atenuante”. Trata-se da figura do feiticeiro.

### 3. De sacerdote a charlatão: o padre e a condenação do “feiticeiro”

Diante do exposto, percebe – se que no início do século XX, as elites caxienses eclesiásticas e leigas embevecidas por um ideal de modernidade e civilização, que perpassavam o imaginário das elites dirigentes brasileiras, condenavam as práticas e crenças afro-brasileiras por considerá-las bárbaras, arcaicas e primitivas, não condizentes com a condição de cidade urbana e civilizada que no contexto da época, se pensava para Caxias. É observável nos discursos proferidos através do periódico *Cruzeiro*, é que se por um lado estes buscavam negativizar essas práticas, taxando-as de credices, superstições e atrasos, fruto da ignorância e miséria popular, passou a desqualificar esses indivíduos considerando – os exploradores charlatões, manipuladores da ingenuidade popular, exigindo e quase sempre sendo atendidos, medidas enérgicas de repressão a esses sujeitos.

Neste sentido, encontra-se no *Cruzeiro*<sup>17</sup> o seguinte artigo

O globo da capital, abriu espaço amplo em sua edição de 12 do mês próximo findo para a meritória reportagem de Charles, em torno da desenfreada macumba que fanatiza milhares de brasileiros no lugar Nazaré município de Caxias.

Se a critica literária de um simples plumitivo amador chega a descobrir a idade de um provável estreante, vitorioso através do pseudônimo, de fisionomia gaulesa por que se decidiu, não me fujo de afirmar que o moço jornalista foi realmente, inspirado no histórico e observações que em boa hora deu a estampa.

Zebruno é aquilo, exatamente aquilo. Nem mais nem menos é, também aquilo o novo Canudos que talvez, se prepara, no coração mesmo do município que tem por capitânea a segunda cidade do estado.

O “Zébruno”, a que se refere o artigo, era um renomado pai de santo, morador de um povoado nos arredores de Caxias, conhecido como Nazaré do Bruno, famoso em toda região por realizar curas. Nas páginas do periódico *Cruzeiro*, José Bruno figura como sendo o inimigo número um do clero caxiense, e Nazaré muitas vezes autodenominado reduto de “feitiçaria”. Considerado o “feiticeiro-mor” de Caxias, suas práticas curativas e de raízes africanas, engendraram uma verdadeira campanha difamatória contra a sua

17 Jornal *Cruzeiro*. Caxias-MA, 06 ago. 1948, p. 2.



figura e demais praticantes desses ritos<sup>18</sup>, encetada pela Igreja e pelos membros da elite caxiense e veiculadas através do periódico católico *Cruzeiro* nos anos que compreendem as décadas de 30 e 40.

Todavia, ressalta-se que esta campanha de combate a esses sujeitos e práticas, não se restringe a cidade de Caxias no estado do Maranhão. Segundo Ferretti (2001: 47), eram comuns em São Luís os relatos jornalísticos onde eram anunciados casos de práticas de magia curativa, geralmente denominadas como feitiçaria e voltadas para o crime. Já para Koguruma

Se no período escravista as crenças e práticas culturais dos africanos e seus descendentes se configuravam como ameaça a segurança pública e a economia escravista [...] e por isso eram combatidos pelas autoridades coloniais nas margens de tolerância do regime, na passagem para o regime republicano, na transição para a mão-de-obra livre tais crenças e práticas passavam a se configurar como empecilho a disciplinarização e normalização do país nos moldes dos valores burgueses das sociedades e nações européias, isto é, como obstáculos a modernização do Brasil, a inscrição do país nos quadros da civilização ocidental, continuando maneira a serem perseguidas quiçá com maior tenacidade intolerância que antes (*Op. cit.*: 136).

No entanto se no Período Colonial tais práticas e crenças eram combatidas por apresentar uma ameaça ao sistema econômico e social que foi o regime escravista, no início do Período Republicano<sup>19</sup>, seu combate se deu em nome de um ideário moderno, que permeava o imaginário de todas as sociedades que se via a margem ou na periferia do sistema capitalista, sistema este que naquele momento tinha centro a Europa Ocidental. Nesse sentido, toda e qualquer postura ou prática que remetia o destino do país a um passado escravista ou a uma herança africana era extremamente condenada, vista como primitiva ou bárbara afastar a nação dos caminhos trilhados pelos países da Europa, ou seja, rumo a modernidade, civilidade e cristandade.

A cidade de Caxias apesar de ser uma cidade provinciana, do interior do Estado, onde a grande maioria da população continuava a manter hábitos e

---

18 Outros personagens que figura através de uma visão bastante depreciativa nos discursos proferidos no jornal *Cruzeiro*, são os curandeiros Elvino e Apolinário, acusados comumente de exploração da credulidade popular.

19 Segundo Sevcenko (1998, p. 75): “Na visão de mundo das elites dominantes da Jovem República era necessário, extirpar ou, ao menos dissimular, a “sujeira”, a “fealdade”, a “doença” e a “ignorância” que remetiam o país ao seu passado imperial, escravocrata e, mais remotamente, colonial”.

práticas rurais, também se via embevecida por esse *imaginário modernizante*<sup>20</sup>, principalmente no que diz respeito as expectativas dos setores elitizados e membros da Igreja. Assim, tem-se

A imprensa foi o palco de discursos proferidos com o intuito de desconstruir práticas e hábitos classificados como incivilizados ou enaltecer posturas que davam ares de civilidade à cidade. Palavras como modernidade, progresso, civilidade eram ferramentas indispensáveis ao métier do jornalista caxiense[...] (Pessoa, 2009: 133).

Em Caxias, a imprensa foi o palco onde se materializou esse imaginário, ao mesmo tempo em que engendrou um projeto de modernização para a sociedade local, Nesse contexto, figuras como José Bruno, Elvino, Apolinário e demais atores sociais, que continuavam a utilizar saberes tipicamente vivenciados, fora dos limites “racionais” da ciência e da religião, e o que era pior, saberes este que possuíam uma clara raiz na herança negra, escrava, eram figuras extremamente indesejável, uma prova do primitivismo e atraso de uma grande parcela da população caxiense. Essa ótica evidencia, uma estratégia comumente utilizada pela elite letrada e pela Igreja Católica, a de constantemente desqualificá-los perante a sociedade leitora caxiense. Ainda sobre “Zé Bruno” monsenhor Arias Cruz argumenta

O birbante que como todo pagé é um misto de esculápio e falso messias, distribui bênçãos e ministra defumadores e suspeitas infusões, entre dirigidos e clientes.

Do sacerdote usurpa e macaqueia a mediania celestial, e do humanitário apóstolo da medicina o segredo de prevenir moléstias, restituir, conservar ou consolidar a saúde.

Dois enormes crimes, que redundam em distúrbios e danos, por ventura, irremediáveis, na alma em botão da criança, no espírito sonhador, da donzela, e até no coração, exausto de lutar, esperar e sofrer, do adulto de cérebro e peito fertilizado por essa profunda ausência, mãe de tantos males, - a ignorância<sup>21</sup>.

Percebe-se no discurso de Monsenhor Arias Cruz, que na defesa do eu, o falante constrói uma visão bastante negativizada do outro, o não – católico. É importante observar, ainda os argumentos utilizados pelo pároco caxiense,

20 De acordo com Platagean (1998) “Cada sociedade possui seu sistema de imaginário [o limite entre o real e o imaginário revela-se variável, enquanto o território atravessado por esse limite permanece, ao contrário, sempre e por toda parte idêntico, já que nada mais é que o limite da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal.

21 Jornal Cruzeiro. Caxias-MA, 06 ago. 1948, p. 2.

para a condenação de José Bruno perante aos leitores do periódico *Cruzeiro*. No discurso veiculado através do citado jornal, José Bruno é duplamente incriminado, primeiro por supostamente exercer funções religiosas, haja vista que age como um *falso messias*, distribuindo bênçãos entre a população ignorante, parodiando, assim a função sacerdotal, onde somente os membros da Igreja, padres e bispos pode e é capaz de fazê-la.

Segundo, por exercer a *função ilegal da medicina*, ministrando defumadores e suspeitas infusões (utilização de medicamento a base de ervas) sob o falso argumento de produzir *cura, conservar, restituir ou restabelecer a saúde*. Ressalta-se, que os argumentos do pároco sobre a prática ilegal da medicina, utilizada pelo curandeiro José Bruno estava em plena consonância com os dispositivos jurídicos criados pelo novo regime, mais especificamente com o Código Penal de 1890. Segundo Koguruma

No bojo de uma discussão, que oscilava entre a regulamentação profissional ou o livre exercício da profissão médica no Brasil, o Código Penal da Jovem República decretava, em 11 de outubro de 1890, a regulamentação do exercício da medicina, provocando de modo certo e direto a criminalização dos diversos saberes mágico - terapêuticos tradicionais ligados às crenças religiosas de diversos grupos sociais e étnicos, cujas receitas e prescrições eram amplamente utilizadas por um número contingente da população paulistana e brasileira (*Op. cit.*: 134).

O que os legisladores desconheciam ou fingiam desconhecer, era a grande importância simbólica e prática que essas práticas mágico-religiosas exerciam no cotidiano das camadas populares. Uma vez que, no início do século XX as condições das camadas populares eram bastante precárias; o desamparo do poder público para com estes segmentos no que diz respeito à saúde moradia etc; faziam com que esses indivíduos procurassem meios de mais diversos na resolução dos seus problemas diários. Neste sentido.

Epidemias, inimigos e rivais, intimidação constante de seu preso como desclassificado, eram entre outros, desafios frequentes, que demandavam proteção regular que se buscava por meio do “fechamento do corpo”, da posse de amuletos e patuás, nos quais trariam suas orações muitas delas, quase iguais aquelas que usaram os homens do interior ou ainda similares as que portavam as populações brasileiras desde as longínquas épocas da colônia (*Op. cit.*: 127).

A cidade de Caxias, não discrepava do contexto nacional no tocante a precariedade e negligência dos poderes públicos para com a assistência dos segmentos menos abastados. Conforme Pessoa (*Op. cit.*: 127) na Caxias do final do século XIX “Eram constantes os surtos epidêmicos noticiados pela imprensa. Estes abalavam não só a cidade como toda a província do Maranhão [...]”. Nesse sentido, as práticas e crenças “mágico-religiosas” como seções de curas, benzeduras e terapêuticas, garantiam proteção contra os perigos a serem enfrentados no dia-a-dia, como também atuava onde o saber médico não poderia ou não queria atuar. Contudo, em uma cidade que se pensava moderna e civilizada, a recorrência a esses saberes típicos de segmentos iletrados era sempre mal vista e imputadas a pessoas ignorantes e supersticiosas, sendo os curandeiros, constantemente acusados de exploração da ignorância e da credulidade popular. É neste sentido que um cronista argumenta

É sob a escravidão do fatalismo que arrasta ao abismo de todas as misérias, eles, desamparados de instrução e de assistência sanitária, deixam se conduzir facilmente pelos exploradores de sua ignorância, os feiticeiros das macumbas, acreditando nos encantos, nas atuações dos espíritos, nas falsas rezas e benzeduras e mezinhas que os traficantes de sua credence supersticiosa lhes aplicam em dosagens de garrafadas, defumadores e tantos outros exercícios acrobáticos, enfraquecendo todo o seu animo para o trabalho. É a mais completa anulação da dignidade humana, do bom senso e da moral, abafados pelo instinto do mais puro materialismo (Jornal Cruzeiro. *Caxias-MA*, 21 jun. 1947, p. 1).

Percebe-se no discurso acima, como já no início do século XX, a população caxiense, ainda vivenciava no seu cotidiano práticas tipicamente do Período Colonial. As “falsas rezas” e benzeduras marcavam suas concepções de fé e de cura, assim como as garrafadas e defumadores eram comumente utilizados para obtenção da saúde. Entretanto, essas práticas eram sempre mal vista aos olhos das elites e da Igreja local, sendo o curandeiro ou feiticeiro, termo que nos discursos do Cruzeiro comumente se confunde, alvo claro de um processo desqualificação perante a sociedade leitora local. No artigo que se segue, percebe-se claramente a intenção do cronista quando este afirma

Passa os pobres fanáticos de *zabunduns* ou tererecós noites inteiras, nesses pagodes fetichistas em que se exibem os pais santos, os mandigueiros e exploradores da ingenuidade dos cabôclos sertanejos, com suas vestes aparatosas e gestos ridículos acompanhados de exclamações insinuantes e rezas fortes copiadas de livros arrançados em fontes suspeitas do baixo espiritismo (Jornal Cruzeiro. *Caxias-MA*, 21 jun. 1947, p. 1).

Observa-se na passagem registrada, que na defesa do eu, constrói-se uma imagem bastante negativizada do outro, o não católico. Assim, é que os articulistas do *Cruzeiro*, recorrem a toda uma construção imagética onde se define os gestos e se deturpam os ditos para desqualificação desses indivíduos perante a sociedade leitora caxiense. Sobre a existência desses atores sociais bem como a discriminação o que estavam sujeitos no início do século passado em São Paulo, Koguruma argumenta que

Do mesmo modo que os ervanários estabelecidos nos mercados citadinos de então, esses atores sociais eram quase sempre mal vistos pelas autoridades públicas e estigmatizados perante a população como difusores de usos e costumes “supersticiosos” que contaminavam a paisagem higiênica e europeizada da paulicéia nascente, embora aqueles que estavam encarregados de fiscalizá-los ou reprimi-los soubessem que muitos moradores paulistanos, inclusive aqueles pertencentes as “famílias mais cultas” utilizavam-se do seu serviço. (Op. cit., p. 208).

É notável perceber, que também em Caxias, apesar do horror com que essas práticas eram comumente vistas pelas elites letradas, principalmente por se ligar diretamente a uma herança “primitiva”, negra e por ir de encontro a alguns ditames do catolicismo, encontra-se em alguns artigos do *Cruzeiro* indícios de que não só os segmentos subalternos recorriam a esses saberes e poderes, mas também muitos daqueles pertencentes a alta sociedade local recorriam constantemente aos curandeiros ou “feiticeiros” pelos mais diversos motivos e interesses. Percebe-se isso na fala do cronista.

Se medidas, prontas não forem postas em execução por quem de direito no sentido de extinguir o foco de pajelança, extorsão, sujeira e fanatismo que avulta de modo inquietador nos domínios de “mestre” Bruno, a menos que a ordem natural das coisas falhe redondamente, o “padrinho” não como centro de atração na terra de José de Alencar mas na terra de Gonçalves Dias, Zébruno, dará muito o que fazer e gastar aos poderes públicos e muito que perder e chorar ao matuto e ao cidadão caxienses (*Jornal Cruzeiro*. Caxias-MA, 06 ago. 1948, p. 2).

Nesse artigo, ao lado da condenação costumeira aos curandeiros, e lugares de cultos considerados foco de extorsão, sujeira e fanatismo, observa-se que não somente os membros das chamadas classes populares recorriam a esses saberes, mas também os setores mais elitizados, haja vista que para o articulista essas práticas eram danosas não somente ao matuto, ou seja,

ao homem do campo, iletrado de hábitos rústicos, mais também ao cidadão caxiense, aquele que se distinguia por sua posição social. Para Andrews

[...] o que mais preocupava as autoridades e as elites não eram as supostas agressões das religiões africanas contra os brancos - que quando investigadas comparavam-se quase inteiramente falsas – mas a atração que exerciam nos brancos. Embora os pais e mães de Santos da Santeria e do Candomblé e os sacerdotes das macumbas permanecessem em sua quase totalidade negros e mulatos, seus seguidores incluíam muitos brancos que buscavam conforto espiritual e ajuda prática na sua vida diária [...]. Os escritores brasileiros concordavam que esses brancos pobres eram vulneráveis à africanização e que até a classe média e alta, não era de modo algum imunes.(2007: 157).

#### 4. Considerações finais

Diante do exposto, para além da condenação dessas práticas e sujeitos por atentar a ordem moral e material da considerada “boa sociedade caxiense”, como se refere um cronista na sua justificativa de necessidade de combate a esses cultos, os discursos dos párocos e leigos, redatores do *Cruzeiro*, vislumbrava também nesses ritos um atrativo para a população branca e pobre, como também para os setores médios chegando mesmo a seduzir as elites. É interessante perceber como em Caxias estas práticas atraíam não só a população pobre e iletrada, mas os indivíduos pertencentes às classes superiores, muito deles ligados a elite política local. Para um cronista do *Cruzeiro*, na Caxias das primeiras décadas do século XX, concorriam muito para a persistência dessas crenças

Além mais desse estado de desprezo e perseguições que vem abatendo o animo dos nossos pequénos agricultores, tem concorrido muito para sua degradação moral, o mau exemplo dos feitiçeiros maiores que a politicagem acoberta porque possui um terreiro mais vasto e conta com grande número de adeptos, formando um vantajoso grupo eleitoral(*Jornal Cruzeiro*. Caxias-MA, 22 mar. 1949, p. 3.).

É perceptível, as tensões e conflitos que perpassavam a sociedade caxiense no início do século passado. Nesse contexto, se as práticas e crenças afro brasileiras eram vistas como extremamente perniciosas, está não deixavam de mesclar o cotidiano da população local, inclusive dos segmentos mais abastados, haja vista, que segundo o cronista é pelo “acobertamento” dos poderes políticos que estas persistem em solo caxiense, quando estes deveriam

forjar meios mais eficazes de repressão. Nesse aspecto, o discurso do cronista do Cruzeiro, revela as várias facetas das relações sociais em Caxias do início do século XX, as negociações e conflitos que perpassavam o cenário urbano e rural, bem como as estratégias e táticas utilizadas pelos diversos atores nas suas relações pessoais e cotidiana.

Nesse contexto, se as elites caxienses muitas vezes fechavam os olhos para existência dessas práticas, ou negligenciavam no tocante ao seu combate, visando seus interesses políticos - os votos que poderiam ser ganhos ou perdidos - esses atores sociais se utilizavam dessas *necessidades* para continuar a vivenciar seu universo cultural e religioso, bem como para continuar manter seus ritos de sociabilidade específicos, bastante longe dos olhos da ciência e da religião oficial.

Todavia, para além das mediações que pudessem ocorrer entre esses atores sociais e os poderes locais, sempre houve por parte das elites caxienses um profundo desprezo, temor e ódio para com esses indivíduos e práticas. Nesse caso, se estes teimavam em vivenciar seu universo cultural e religioso, um mecanismo comumente utilizado pelas autoridades civis e religiosas, foi a constante desqualificação desses sujeitos perante a sociedade leitora. Todavia, se os mecanismos discursivos nesse projeto de desqualificação se mostraram bastante eficaz, as elites caxienses não se privaram de lançar mão de uma intensa campanha de “saneamento social”, que através das perseguições policiais visavam eliminar o “arcaísmo” e “primitivismo” do solo da moderna, civilizada e utópica cidade de Caxias.

## Referências

- ANDREWS, G. (2007). *América afro-latina (1800-200)*. São Carlos: Educar,
- BASTIDE, R. (1960). *As religiões africanas no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli e Cia. Ltda.
- BRETAS, M. L. (1991). O crime na Historiografia brasileira: Uma revisão da pesquisa recente. *Boletim Informativo Bibliográfico*. n. 32. Rio de Janeiro.
- CARDOSO, J. R. (1992). *Aspecto religioso afro-brasileiro na cidade de Caxias*. Academia Caxiense de Letras.
- CAVA, R. D. (1976) *Milagre em joaseiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DANTAS, B. G. (1988). *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- FERRETTI, M. (2001) *Encantaria de Barba Soeira*. São Luis: Siliciano.
- FOUCAULT, M. (2009). *Vigiar e Punir: O nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes.
- GINZBURG, C. (1989). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HERMANN, J. (1997). História das Religiões e das religiosidades. IN: CARDOSO, Ciro (org.). *Domínio da história: ensaios de teologia e metodologia*. Rio de Janeiro. Campus.
- HOBBSAWN, E. & RANGER, T. (1997). *A invenção das tradições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ISAIA, A. C. (2008). Loucura Coletiva. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. 38ª ed, jun.



KOGURUMA, P. (2001). *Conflitos do imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileira na “metrópole do café” - 1890-1920*. São Paulo: Anablume- Fapesp.

LE GOFF, J. (1996). *História e Memória*. 4ª ed., Campinas, SP: Unicamp.

LE GOFF, J.; CHARTIER, R. & REVEL, J. (1998) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes.

PATLAGEAN, E.. (1994) A história do Imaginário. In: GOFF, Le. *A Nova História*. São Paulo.

PESSOA, J. M. (2009). *Entre a tradição e a modernidade - A Belle Époque Caxiense: Práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX*. Imperatriz: Ética.

RAGO, M. (1985). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- 1820-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SALAZAR, C. de M. O. (2009) . *A representação da família caxiense através do discurso do Jornal Cruzeiro na década de 40 - (monografia de História) Caxias-MA*.

SCHWARCZ, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEVCENKO, N. (1998). O prelúdio republicano: Astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN . *A História da vida privada no Brasil 3: República do belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, L. de M. (1986). *O Diabo e terra de santa Cruz: feitiçaria e religiosidade no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.

WISSENBACH, M. & CORTEZ, C. (1998). Da escravidão a liberdade: Dimensões de uma privacidade possível. IN: SEVCENKO, Nicolau. *A*

O discurso “clérica” e a religiosidade popular: curas, “bruxairas” e ...

---

*História da vida privada no Brasil 3: República da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

***Fonte documental***

Jornal Cruzeiro, 1934-1949, Caxias-Maranhão, Brasil.